

Arte é educação e educação é para todos

Renata Aparecida Felinto dos Santos

Artista visual, pesquisadora, educadora, bacharel em Artes Plásticas, mestra e doutoranda em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da UNESP e especialista em curadoria e educação em museus de arte pelo Museu de Arte Contemporânea da USP.

A p r e s e n t a ç ã o

Arte é uma expressão interessada da sociedade... Toda arte é social porque toda obra-de-arte é um fenômeno de relação entre seres humanos.

Mário de Andrade

Foi-se o tempo em que a arte era vista como uma seara pela qual se aventuravam somente os iniciados. Foi-se o tempo em que iniciados eram somente os chamados bem-nascidos, remediados com acesso à uma cultura chamada de erudita. Foi o tempo em que a arte era para poucos. Atualmente, o letramento artístico e cultural é uma possibilidade para todas as pessoas e públicos para os quais há profissionais educadores preocupados, interessados e apaixonados por determinados segmentos temáticos. Frisando que, para além de temáticas, há assuntos que quando abordados em alguns projetos dizem respeito às condições de existência que diferem da normativa, o que é essencial visto que o mundo e a humanidade são “plurais”.

Diante da miríade de projetos recebidos para o 3º edital de mediação em arte promovido pela Diretoria de Arte e Educação do Centro Cultural São Paulo, destacaram-se aqueles que se mostraram desassossegados em relação à necessidade mais que urgente de pensarmos, porém mais que isso, construirmos uma sociedade igualitária. Se a arte contemporânea é considerada por muitos uma produção cujo o êxito se relaciona com o subversivo, pode-se afirmar que os projetos contemplados encaixam-se perfeitamente nesse escopo, tendo em vista que subverter significa

também sair de uma norma, sublevar, desorganizar, dentre vários outros sinônimos que também subvertem o sentido positivo desta palavra. Ao mesmo tempo, contrariando o distanciamento que os significados de obras de arte contemporânea, de modo geral, têm do público, nos projetos selecionados foram as estratégias de aproximação do público freqüentador do Centro Cultural São Paulo, travestidas de arte e amparadas na mediação, os grandes méritos dessa edição, juntamente com os recortes temáticos subversivos.

A comissão julgadora composta por duas funcionárias, Claudia Lameirinha e Juliene Codgnoto do CCSP, juntamente com o diretor da DACE, Alexandre Araujo Bispo e com o antropólogo Leonardo Bertolozzi, selecionou quatro projetos. Chegamos a conclusão de que estava faltando diversidade no mundo, apesar dele ser diverso, os meios de comunicação de massa, as mídias de difusão de lazer e cultura, dentre muitos outros veículos que comunicam, educam, formam (e deformam), têm apresentado e focado um único público, com raras exceções. Esse público é branco e de classe média. Por vezes, também se engana e pensa ser branco e de classe média. Os projetos, na ordem de seus desenvolvimentos junto à instituição, foram **Encontros Cafuzos**, do Coletivo As Cafuzas; **O público de fora**, da artista visual Graziela Kunsch; **Duplo Acesso**, proposto pelas educadoras Diana Tsonis e Evelize Bernardes; e **Rever: a cidade como lugar imaginado para viver**, das jovens irmãs Luara Carvalho e Marília Carvalho.

Após acompanhar todo o processo da seleção à efetivação dos projetos, incluindo a produção e leitura dos textos finais nos quais as proponentes se avaliam e ponderam sobre o êxito de suas investidas subversivas e investigativas. Para realizar esse exercício reflexivo, há dois pontos norteadores fundamentais: um é o da materialização, da efetivação do que se propôs, o outro é o da multiplicidade de condições de existência, de experiências imagináveis no e durante o desenvolvimento de cada proposta.

Sobre o primeiro ponto, há de se atentar para a eficaz materialização de idéias em ações concretas, uma vez que propunham, as transformações de mentalidades; de formas de pensar; de se relacionar com o outro, com aquele que é diferente de mim (considerando também uma equivocada idéia de “normalidade”); o uso e a

possibilidade de encontro nos espaços de uso coletivo e social e o acesso aos mesmos; a conexão com a cidade e com a nossa conturbada e indiferente realidade urbana.

Sobre o segundo ponto, não menos relevante nesse sentido, é o da ponderação sobre o êxito das ações propostas, após às mesmas serem planejadas, organizadas em cronograma ou programação e ofertadas ao público, esse público múltiplo de cada uma das propostas. Como se deu esse processo e o que fica enquanto devolutiva de uma vivência, de uma experiência, pois é a partir dessas informações que podemos realmente mensurar a efetividade e a relevância artística e social das propostas. É fundamental que se faça a reflexão sobre o impacto real do que estava escrito transformado em um conjunto de atividades e, especialmente, a quem serviu: à instituição Centro Cultural São Paulo por meio da DACE? Ao coletivo ou indivíduo que propôs o conjunto de ações? Ao público frequentador e/ ou interessado? O Outro, diverso de mim, mas que me completa, que foge à normativa, porém não menos indivíduo, cidadão e fruidor, foi contemplado? Uma proposta bem sucedida contempla as três partes envolvidas e interessadas: O CCSP representado na figura da DACE e imbuído de condições financeiras e físicas para dar suporte às ações; as proponentes dotadas de idéias a serem transpostas para o mundo real e seus diversos públicos; os frequentadores e seus interesses e especificidades.

Após mensurado esse impacto real, podemos afirmar que ele é o que se aprendeu e se apreendeu a partir dessa vivência, experiência. E o “aprender-apreender” que cunhamos aqui como palavra composta diz respeito à experiência a que se propõe aquele ou aquela que se abre para o experimentar à despeito da quantidade de informações transformadas em conhecimentos que carrega consigo. Refere-se ao quanto estamos disponíveis de corpo e mente à experiência proposta por outrem, ao desconhecido, à saída da zona de conforto. Portanto, exitosos os projetos que transformaram encontros em experiências.

Cada um dos projetos, como já mencionado, explorou um tema marginal em nossa sociedade desenhada pelo e para o cidadão médio, que seria, branco, do sexo masculino, heterossexual, com alguma formação universitária e recursos financeiros. Os temas marginais, porque à margem dos interesses da norma mencionada, são direcionados a segmentos populacionais marginalizados no sentido de estarem à margem da sociedade desenhada pelo e para o cidadão médio. Voltando à norma, ao

cidadão padrão, podemos imaginar que ele sendo um homem branco e com recursos financeiros, numa cidade como São Paulo, possui veículo próprio ou reside nas regiões centrais, enxerga e está na idade adulta entre seus 25 e 45 anos. Ele não foi o tema central ou o público alvo de nenhum dos projetos, entretanto, certamente também objetivou-se transformá-lo via experiência, mobilizar algo nesse cidadão padrão, cujo modelo de padronização é introjetado em cada um de nós de maneiras diversas intensa, paulatinamente e diariamente. Evidentemente que o cidadão mediano também era bem-vindo à programação desenvolvida entre 2014 e 2015 no 3º Edital de Mediação do DACE. E imagine que formidável movimentar as estruturas desse cidadão?

Por fim, temas que estão inseridos, inclusive, numa agenda política que vai do governo federal aos municipais sinalizam a necessidade de se pensar numa sociedade que seja para todos, e essa sociedade ideal passa pela arte. Aliás, talvez comece na arte já que essa área pouco valorizada pelo currículo escolar e hiper valorizada enquanto marcadora de diferenças socioeconômicas, remonta a história da humanidade como podemos constatar pela existência de pinturas rupestres e de esculturas em argila ou pedra produzidas milênios atrás. Quiçá na arte resida o caminho mais seguro para repensarmos a sociedade e mobilizarmos transformações que contemplem e reconheçam como cidadãos médios todos nós diversos desse padrão.

A h e r a n ç a a n c e s t r a l :

E n c o n t r o s C a f u z o s

O Coletivo Cafuzas, composto pelas narradoras-mediadoras Rosana Borges Silva, Roberta Stein e Daniela Landin, teve como base de suas atividades denominada **Encontros Cafuzos**, a Lei 10.639/03 que foi alterada pela 11.645/08. Ainda que não estivesse tão explícito no plano do discurso, estava nas ações. A primeira lei obrigava o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Enquanto que a segunda a amplia ao incluir a história e cultura dos povos indígenas. As propostas de atividades do Coletivo Cafuzas contemplaram

desde educadores e educadoras interessados e comprometidos com a efetivação da lei, isto é, empenhados em introduzir conteúdos voltados às culturas africanas, afrodescendentes e indígenas nos currículos escolares, até o público frequentador do CCSP, daquele que o faz mais fortuitamente ao mais assíduo. O projeto nasceu das primeiras pesquisas realizadas pelas três profissionais sobre culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas e, devido à demanda de pesquisa para a execução da proposta, ampliou-se significativamente, segundo as mesmas relataram no texto final¹.

Encontros Cafuzos dividiu-se em duas frentes de trabalho: as **Rodas de Compartilhamento de Experiências** e as **Intervenções Narrativas**.

Nas **Rodas de Compartilhamento de Experiências**, eram socializados saberes que poderiam ser desde um relato oral de experiência até uma habilidade ou técnica manual. Como o próprio nome dessa frente anuncia, compartilhar conhecimentos foi o foco desses encontros.

Numa das rodas que acompanhei em 25 de junho, uma das convidadas rodada foi a educadora e mestranda em Educação, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica, Chirlei Maria, da etnia Pankara. Ela atua como coordenadora e educadora em um CECI, os Centros de Educação Infantil Indígena da Prefeitura do Município de São Paulo. A professora explanou acerca da metodologia de educação para crianças não indígenas que vem sendo imposta aos grupos indígenas e o quanto à mesma não possui vínculos ou similaridades reais com as práticas dessas populações. Trouxe muitas questões pertinentes como, por exemplo, o fato das crianças de zero a seis anos de idade se educarem de forma natural, no cotidiano ao acompanhar, observar e brincar de imitar os adultos de suas aldeias em seus afazeres diários. Ou seja, a simbolização que se dá nas escolas de educação infantil por meio de brincadeiras dirigidas por professores e professoras já têm a sua vivência e significação garantidas no cotidiano de crianças indígenas, ocorrendo de maneira mais orgânica. As crianças indígenas reproduzem o modo adulto de ser, fazer e, principalmente, de se relacionar com os seus e seu entorno. Nessa infância não há uma separação delimitada entre a brincadeira e a vida.

¹ LANDIN, Daniela. SILVA, Rosana Borges. STEIN, Roberta Stein . “Encontros Cafuzos”, 2014. Disponível em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/pdfs/mediacao_em_arte_encontros_cafuzos_2014.pdf

Chirley trouxe uma série de informações sobre o modo de educar de seu povo que se assemelha ao de outros povos-irmãos que foram ouvidas atentamente pela platéia presente. Ainda assim, desrespeita-se esse modo cultural e tradicional de se educar para impor a metodologia, ou melhor, a didática do homem branco ocidental como sendo a melhor e a correta. Dentre as demais informações compartilhadas pela educadora e pesquisadora, também estavam a existência de aldeias guaranis na cidade de São Paulo, no perímetro urbano, e a negação por parte de seus habitantes de termos como tribo e índio. Muito possivelmente, a negação se dá pelo fato de ainda serem estigmatizados índios e suas histórias e tradições no contexto urbano. Histórias porque cada um dos 300 povos indígenas reconhecidos no Brasil, possui a sua versão da história do mundo, do Brasil (quando reconhecem existir uma nação com esse nome), e têm suas crenças e mitos, hábitos e tradições. Apesar de pertinente e necessária, faltou a figura do mestre de cerimônias e do mediador para controle do tempo de fala ou mesmo para trazer questões aos convidados como forma de aquecimento, de preparação para que os participantes perguntassem.

Outro convidado da roda, foi Adriano Veríssimo, da etnia Guarany-mbya, também coordenador e educador de uma unidade CECI da aldeia Tenondé Porã, que trouxe enquanto foco, numa janela menor de tempo de fala, as diferenças de atividades educativas que são oferecidas nos CECIs e em outros CEIs, os Centro de Educação Infantil da Prefeitura. Dentre elas estão o desenvolvimento de peças de artesanato, que não cabe aqui nesse texto julgarmos a relevância educativa ou não dessa aprendizagem², os tipos e estruturas de armadilhas de caça, as técnicas de plantio e de colheita, as técnicas de cestaria e de escultura em madeira, podem ser destacadas. Para conhecimento do grupo, trouxe uma cesta e alguns animais esculpidos em madeira que nas aldeias são usados como brinquedos pelas crianças como, por exemplo, onças e macacos. Também rerepresentou a figura do serelepe Saci-Pererê, que no imaginário brasileiro tem a aparência adotada a partir das

² Enquanto educadora muito me intrigou saber que as crianças indígenas aprendem artesanato nos CECIs, pois, uma das dúvidas que permaneceu foi: essa produção é vinculada às tradições estéticas dos povos de origem de cada criança? É um artesanato genérico, ou seja, sem uma preocupação acerca de qual etnia o pratica de fato? Qual é a real necessidade de se ensinar o que a criança pode observar, segundo a fala de Chirlei Maria, em sua própria aldeia ou comunidade, junto dos mais velhos e mais experientes? O que se quer com esse ensinamento? As dúvidas permanecem em seu estado original.

descrições da pesquisa promovida por Monteiro Lobato (1882-1948)³, isto é, é negro, usa calção e gorro vermelhos, carrega um cachimbo e tem apenas uma perna. Entretanto, em sua origem, Saci-Pererê ou Matimpererê ou Matita Perê ou Sacisaçurá⁴ é um personagem presente na mitologia indígena de povos tupi do Sul do Brasil, que possuía rabo e que incorporou as características acima mencionadas após o conhecimento e difusão do mesmo entre povos africanos traficados para o país. Adriano propôs o conhecimento das culturas indígenas e o trabalho em sala de aula estudando e aprofundando sobre as mesmas a partir da fala do protagonista, dos próprios indígenas. O livro que apresentou sobre esse personagem muito querido por crianças e adultos na cultura popular brasileira, trouxe essa visão do mito do ponto de vista de um autor índio, Olívio Jekupé. Mais do que interessante é crucial dar o lugar de fala a quem pertence ao grupo étnico-racial estudado, ainda que sejam inúmeras as etnias indígenas, desconstruindo, assim, a prática comum de se falar no lugar do e pelo Outro, daquele que sabe, vivencia, sente, conhece; desse lugar que a Antropologia colocou todos os Outros não brancos que são pesquisados e observados em seus viveres para tornaram-se livro, texto, ponto de aula.

Os presentes compartilharam depoimentos e vivências dos ambientes de trabalho e de suas realidades de ensino, bem como bibliografia e filmografia relacionadas. A presença de Chirley foi fundamental para a sensibilização do grupo sobre a realidade de povos indígenas que é pouco conhecida e difundida. A **Roda de Compartilhamento** foi finalizada com a contribuição de uma das participantes que socializou com todos uma canção e dança indígena que havia trabalhado em sala de aula. Tudo começou timidamente, mas em pouco tempo todos cantavam e dançavam. Essa iniciativa foi de enorme adesão por parte do público. Foi um encontro de conhecimentos e sensibilidades que ao findar, a sensação que ficou foi a de que o que

³ Monteiro Lobato pesquisou entre os leitores do periódico O Estado de São Paulo, como seria a figura do Saci-Pererê. A descrição culminou na representação que é propagada até os dias de hoje, sendo o personagem incorporado aos livros voltados ao público infantil do autor, já negro, com uma perna a menos perdida em luta de capoeira, com gorro e sunga vermelhos e cachimbo: “Monteiro Lobato também inicia, no Estado, uma pesquisa de opinião pública sobre a figura do saci, intitulada “Mytologia brasílica”. O livro "Saci-Pererê: Resultado de um Inquérito" é então lançado em 1918, reunindo textos de leitores do jornal e também de autoria do próprio escritor”. (“Monteiro Lobato”. Acervo O Estado de São Paulo, sem data, disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,monteiro-lobato,1023,0.htm>, acesso 01 jun 2015).

⁴ FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.1 534.

houve naquele espaço foi uma experiência de poucas horas que possibilitou a transformação dos presentes, na perspectiva de experiência de que nos fala o educador espanhol Jorge Larossa, o encontro possibilitou uma experiência significativa, algo nos passou por que nos permitimos silenciar e escutar:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.⁵

Ainda narrando e refletindo sobre o acompanhamento das **Rodas de Compartilhamento de Experiências**, participei da oficina de estamparia africana baseada nos adinkras apresentados no livro “Adinkra: sabedoria em símbolos africanos”, de Elisa Larkin Nascimento. A técnica de estamparia é africana não apenas os símbolos, e ela foi pesquisada e ensinada por Celso Lima, especialista no ensinamento das técnicas e histórias de estamparia desse continente. Como aquecimento, as proponentes apresentaram uma música e um conto indígena, o mito de Iara. Para introduzir a história dos adinkras, elas contaram o mito de Kofi Adinkra, rei que criou e difundiu esses símbolos entre o povo akan, localizado no país africano que atualmente conhecemos com o nome de Gana. Apresentaram as histórias desses hieogramas africanos e localizaram essa população geograficamente, em seguida, explicaram a técnica de estamparia que seria utilizada usando um molde vazado em acetato, estilete para recortá-lo, rolinho para passar tinta sobre superfície de lona (que elas haviam previamente preparado), ou de algodão com tinta para serigrafia solúvel em água, a fim de evitar que roupas ficassem manchadas. Todavia, tiveram o cuidado de levar aventais para os participantes. Cuidadosamente orientaram cada uma das pessoas que necessitou de auxílio para realizar a atividade, da menina de 05 anos acompanhada de seu pai, aos adultos. Como resultado, surgiram lindas composições.

⁵ LAROSSA, Jorge Bondía. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. Revista Brasileira de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística. Nº. 19, jan/ fev/ mar/ abr. 2002, pp. 20-8.

Também foi acompanhado o encontro onde ensinaram como fazer a boneca Abayomi, cuja a lenda diz que as mulheres africanas as faziam com trapos de tecido para as crianças brincarem durante a travessia do Atlântico nos navios negreiros. A narrativa partindo da oralidade é importante no **Encontros Cafuzos**, portanto, tenhamos o respeito pela explicação, ainda que persista a dúvida.

Na outra frente de trabalho, **Intervenções Narrativas**, as proponentes, vestidas à caráter, com trajes desenhados especificamente para a realização dessa ação no CCSP, abordavam o público e perguntavam se as pessoas estavam dispostas a ouvir uma história, um mito de origem indígena ou africana. A pessoa concordando, era convidada a escolher uma conta de colar, uma semente, dentre as várias oferecidas dentro de um pote. Após a história compartilhada, essa conta era acrescentada a um cordão que Daniela, Rosana e Roberta portavam no pescoço. Isso quer dizer que, conforme as histórias chegavam ao público, os colares aumentavam, “contando um conto se aumentava uma conta”, parafraseando e praticando o dito popular. Nessa atividade, elas tinham que apresentar muita flexibilidade, simpatia e tolerância, pois situações das mais inusitadas e, por vezes, constrangedoras, poderiam ser detonadas. Acompanhei a abordagem de Rosana a um senhor de idade que, apesar de dispor-se a ouvi-la, pediu que depois fosse ouvido, entretanto, após ouvirmos o seu conto, insistentemente cortejou a proponente.

As moças de **Encontros Cafuzos** apreciavam e apreciam as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas. Socialmente são consideradas brancas, ainda que uma delas apresente pele “morena”, mas, se colocam como ascendentes de negros e indígenas, também incorporam essas heranças como suas. Durante todo o desenvolvimento do projeto foi visível a materialização do significado da mensagem do adinkra que adotaram enquanto símbolo *nea onnim no sua a, ohu*, que quer dizer que quem não sabe pode saber aprendendo. O excelente desenvolvimento das **Rodas de Compartilhamento** e das **Intervenções Narrativas**, devem-se à dedicação, gana por aprender e por socializar das quais estiveram imbuídas as proponentes durante todo o projeto.

Ponderar sobre formas de educar e quais são as melhores maneiras de fazê-lo, buscando alternativas às imposições de metodologias e de pedagogias desenvolvidas única e exclusivamente ou por povos europeus ou por seus descendentes no Brasil, é

um exercício indispensável na construção de uma sociedade mais democrática e que atenta à contemplação da diversidade étnica, histórica e cultural de sua população. Durante o desenvolvimento do projeto evidenciou-se que, apesar da alteração da Lei 10.639/03 para a 11.645/08, os conteúdos que se referem aos segmentos populacionais afrodescendentes e indígenas, quando considerados por educadores, continuam a ser estudados separadamente. Isso ocorre, em parte, porque lideranças dos dois segmentos compreendem que a última alteração simplesmente demonstra que para o Governo Federal todas as culturas que não são as normativas, isto é, fundamentadas na chamada cultura branca, podem ser agrupadas num único balaio sem se respeitar que o segmento afrodescendente é um e o indígena é outro, inclusive, ambos com demandas amplas, importantes e distintas.



Roda de Compartilhamento de Experiências: oficina de estamparia de tecidos a partir dos adinkras de Gana. Tecidos prontos que serviram de exemplo.



Pai e filha participando da oficina.



Outra atividade das Rodas de Compartilhamento de Experiências, produção de bonecas Abayomi confeccionadas a partir de retalhos de tecidos.

V e r c o m a a l m a :

D u p l o A c e s s o

No projeto **Duplo Acesso**, de Diana Tsonis e Evelize Bernardes, a proposta foi explorar em suas múltiplas possibilidades o contato mais profundo com a percepção de mundo a partir das vivências de quem não possui o sentido da visão. Assim aqui temos dois pontos que fortalecem o projeto: o foco na ausência da visão, na exploração desse tema e não exatamente na condição da cegueira; e o trabalho

desenvolvido para além da leitura da obra de arte, da imagem na esperança de que a imagem descrita se materialize na mente de um indivíduo não vidente.

O primeiro ponto é muito poderoso dentro do projeto, pois, como muitas ações voltadas à acessibilidade com as quais nos deparamos em espaços de cultura e de arte pela cidade, promovidas com as mais sinceras e boas intenções por parte de setores educativos, em poucas delas encontramos o objetivo de cruzar as percepções dos videntes e dos não videntes, privilegiando as sensações e percepções do segundo grupo. Geralmente tudo é proposto considerando o grande privilégio que é ver, enxergar num mundo cada vez mais preocupado com o visual. Compreendamos imagem num sentido muito amplo, quase que enquanto uma entidade.

Há inúmeras expressões populares calcadas na imagem como norteadora de significados: “o que os olhos não vêem, o coração não sente”, “quem te viu, quem te vê”, “quem vê cara, não vê coração”, “por fora bela viola, por dentro pão bolorento”, “ver para crer”, dentre outras. Existe ainda uma série de pré-requisitos para o desenvolvimento da vida social e profissional que perpassam pela visão como, por exemplo, o indivíduo “bem apessoado” ou com “boa aparência”, ou ainda, “de encher os olhos”, expressões que são sinônimos de gente bonita de acordo com os padrões de beleza vigentes, eurocêtricos, ou com o gosto individual daquele que reproduz as frases mencionadas. No campo afetivo-sexual, a aparência também é um fator de extrema importância, talvez demasiada, pois eliminam-se fases da arte do encontro simplesmente com base no que o Outro me parece e, por vezes, o encontro nem chega a acontecer, não se dá a chance para que ele ocorra. O tato, a audição, o paladar (sim, as pessoas têm gosto), o olfato, todos sentidos que combinados e recombinações detonam o prazer, são ignorados em detrimento da visão, suprimindo-se todo um universo sensível. Evidentemente que não se tece aqui um elogio ao não ver, sobretudo porque a ausência desse sentido delinea de forma distinta da de quem enxerga, todos os aspectos da vida, todavia, é preciso evidenciar que a vida existe, persiste e pode, como deve, ser bem vivida também considerando essa condição de existência.

O segundo ponto que engrandece **Duplo Acesso**, foi o fato da dupla ter enveredado por objetivos que extrapolam a mediação de uma obra de arte, ou seja, numa instituição que apresenta, salvaguarda e discute arte e cultura o mais comum

são mediações com o chamado material acessível, as pranchas táteis que, ao longo dos encontros promovidos pela dupla, descobrimos que não fazem, inclusive, sentido algum para uma pessoa que nunca enxergou. O que quer dizer que relevos e texturas compondo uma topografia que ambiciona aproximar-se de uma “imagem” qualquer na mente de uma pessoa sem visão é uma falácia. Isso não é possível, não há nenhuma referência para as formas que se tentam reproduzir. Inclusive essa foi uma investigação colocada em uma das duas atividades acompanhadas, **A Pele das Coisas**, por meio da qual as proponentes testavam a eficácia de silhuetas de objetos desenhadas em arame e tateando às mesmas, os participantes vendados tentavam adivinhar qual era aquele objeto. Nessa oficina o público cego não esteve presente em peso, entretanto, videntes e crianças com deficiência intelectual prestigiaram a atividade. Se foi difícil para um vidente decifrar que imagem os contornos de linhas formavam em arame, imaginemos para uma pessoa que nunca teve visão. Bule, banana, pente, dentre outras formas eram oferecidas para que tateando-as, fossem identificadas.

Uma atividade extremamente interessante diante da ampla programação desenvolvida por Diana e Evelise, foram as **Narrativas no Escuro**. O objetivo era o de que as pessoas videntes entrassem no universo do deficiente visual e não o contrario. Nessa atividade os participantes trabalham em duplas, um era vendado e o outro o conduzia pelos corredores, escadas, rampas, áreas planas do CCSP. Para fazer essa atividade, todos desceram para o subsolo onde encontram-se as salas de oficinas e de lá debaixo, fomos conduzidos até a sala de atividades da DACE que fica no piso Flávio de Carvalho do CCSP. Lá, cada uma das quatro participantes que eram videntes, falaram sobre os sentimentos e sensações vivenciados nesse percurso. Abaixo compartilhamos algumas delas:

- Sensação de solidão por não ver o entorno;
- Vulnerabilidade;
- Sentimento de exclusão;
- A importância da temperatura devido às variações térmicas de um ambiente para outro;

- O silêncio e a luminosidade dos espaços;
- O aguçamento dos demais sentidos;
- A necessidade de aumentar o tom da voz ao falar, devido à sensação de que não há ninguém te ouvindo.

O diálogo que se seguiu após essa experiência e o compartilhamento de sensações foi muito interessante e, mais que isso, desvendador do mundo, do cotidiano de quem não enxerga. Isso foi possível porque além dos videntes que participaram da atividade, estava conosco Maria Helena Chenque, então curadora de acessibilidade do CCSP, que foi pontuando as percepções das participantes com comentários muito pertinentes sobre o seu próprio cotidiano e a partir de percepções de outros cegos com os quais têm contato. Uma das participantes branca, de olhos claros e cabelos escuros cacheados, que nos disse sempre ter essas características como um cartão de visitas ou um trunfo em uma sociedade como a nossa que é racista e que hiper valoriza determinadas características físicas, disse que percebeu o quanto isso não tem nenhuma importância para um cego. É como se ela perdesse uma qualidade muito importante em sua relação com o Outro e tivesse, dessa forma, que lapidar outros atributos.

Numa outra oportunidade participamos de uma reunião para, juntamente com os bibliotecários que trabalham na Biblioteca Louis Braille e com Diana e Evelise, delinear a melhor forma de montar uma instalação apresentando parte do projeto e transmitindo as vivências e sensações de não se possuir visão para os participantes. Essa reunião se mostrou uma experiência incrível e percebemos que infelizmente não há diálogo entre videntes e não videntes no cotidiano. O primeiro grupo de pessoas se considera superior, enquanto o segundo se recolhe e se adapta ao mundo feito pelos e para os primeiros. Inclusive concluímos, a partir dos depoimentos dos cegos que, muitas das implementações de acessibilidade visando o bem-estar desses cidadãos na metrópole paulistana, simplesmente, não contaram com uma consultoria aos não videntes. Por exemplo, o chão tátil das estações do metropolitano, segundo um dos bibliotecários, simplesmente seria inviável andar sobre essa reta tátil num horário de pico como o que vemos nas estações de metrô em São Paulo. Na melhor das hipóteses

essas pessoas seriam empurradas e perderiam a marcação no piso. Ou seja, há mais equívocos do que eficácia em muitas dessas ações. Evidentemente que existe alguma boa vontade, entretanto, lembremos de que as medidas não são um favor, são um direito, porém, elas precisam ser eficientes. Muitas não são.

Duplo Acesso trouxe uma compreensão muito relevante sobre a visão e a condição da cegueira: a de que precisamos pensar nas especificidades de todas as condições de existência humana, seriam essas as condições básicas para o exercício pleno da cidadania.



Discussão após a realização da atividade Narrativas no Escuro, onde os participantes trocaram percepções sobre o trajeto feito.



Reunião com funcionários da Biblioteca Louis Braille sobre a instalação que estava proposta no projeto inicial.

O P ú b l i c o d e d e n t r o :

O P ú b l i c o d e f o r a

O projeto sugerido pela artista visual Graziela Kunsch, desde a parte escrita, durante a leitura das propostas que chegaram para a seleção, nos pareceu ousado, urgente e desafiador. Ousado porque iniciava provocando a comissão julgadora ao pressupor que não o leríamos por inteiro. Considerando que ela estava passando por uma avaliação, digamos que é muita ousadia insinuar que os projetos não são lidos completamente. Como os integrantes são pessoas idôneas, evidentemente que além de o lermos, o debatemos muito. Urgente por realizar via arte a intersecção e, por que não dizer mediação, entre o poder público representado pela Prefeitura do Município de São Paulo e os passageiros em potencial, parte das 37 milhões de pessoas que não possuem condições financeiras para utilizar o transporte público, muitas vezes nem para trabalhar, nem para estudar, o que dirá para ter acesso à cultura, arte e lazer e freqüentar espaços como o CCSP.

Por fim, desafiador porque além de tecer uma análise acerca das deficiências do sistema de transporte público no Brasil, mesmo numa cidade como São Paulo, ele apresentava uma execução complexa que contava com as seguintes ações:

- Exibição de pequenos filmes produzidos pela artista, além da discussão dos mesmos. Essa ação foi realizada junto aos funcionários e ao público do CCSP.
- Negociação e criação junto à Secretaria de Transportes do Município, de uma linha de ônibus para bairros distantes à instituição, focado nos habitantes da zona sul da cidade, extremo sul.
- Adesivação da palavra “catraca” em alguns pontos do CCSP, enfatizando que a nossa sociedade possui, mesmo quando não fisicamente, catracas invisíveis, ou seja, mecanismos de seleção de público para acessar determinados locais que, na teoria, seriam públicos, de livre acesso.

A discussão que Graziela trouxe nos interessou muito, pois colocou em pauta um grande problema a ser pensado quando se trata de acesso à cultura, à arte e ao lazer: não basta ser gratuito, ter entrada franca, para muitas pessoas existe o desafio de como chegar. Somente para localizar e aprofundar esse problema, não basta chegar, pensando numa família com três filhos localizada na zona leste da cidade, qualquer passeio inclui a ida e volta em transporte público, neste caso, metro e ônibus, e provavelmente algum alimento, seja levado, o que teria menor custo, porém teria custo. Só de condução, essas cinco pessoas gastariam, com a passagem de ônibus e de metrô a R\$ 3,50 cada, algo como R\$ 60,00. Num país onde o salário mínimo é de R\$ 788,00, esse gasto é um luxo. Concluímos, dessa forma, que cultura, arte e lazer, mesmo quando gratuitas é para poucos. Isso sem mencionarmos as tais catracas invisíveis, os lugares onde somos bem quistos, onde não somos gente diferenciada.

Do cronograma à entrega do texto final, existem problemas nesse projeto. Analisemos por partes. O cronograma foi divulgado à comissão para que acompanhássemos as ações propostas pela artista, todavia, ela alterava dias e horários sem avisar a DACE, o que inviabilizou um acompanhamento adequado do desenvolvimento do projeto proposto. Numa ocasião, o encontro foi cancelado, e em

outra foi protelado, remarcado sem que as alterações fossem enviadas a comissão julgadora, mais complicado ainda, comunicadas à DACE. O público de fora, que seria esse a vir discutir vídeos/ filmes produzidos por Graziela e que fazem parte de seu acervo pessoal nomeado Projeto Mutirão; passear e conhecer o CCSP e sua programação a partir da utópica linha de ônibus tarifa zero que seria articulada junto à Secretaria de Transportes, continuou fora. Parafraseando a letra de “Fim de Semana no Parque”, dos rappers Racionais MCs, “os pretinhos continuaram a ver tudo do lado de fora”. O fim de semana no CCSP não aconteceu, contudo a artista tenha se comprometido a fazê-lo.

Ocorreram conversas a partir dos vídeos/ filmes, sobretudo, com os funcionários da instituição, com o público de dentro. **O Público de Fora**, infelizmente, foi somente o nome de um projeto inovador e promissor, mas que não se concretizou para além das conversas internas e da adesivação da frase **Tem uma catraca no meio do caminho** rapidamente desfeita pela fragilidade dos materiais utilizados.

O Público de Fora é uma proposta bastante potente que discute o acesso à cidade, a nossa noção de pertencimento, de direito a usufruir do que é de todos, do que é público. Ele evidencia que a cidade não é para todos trazendo a gravidade da frágil condição da maioria dos cidadãos: como formar indivíduos críticos se eles não têm acesso à mecanismos que se baseiam na dialogicidade, como a arte? Como transformar mentalidades via cultura? Quando esse corpo que trabalha e produz para outrem repousa, tem lazer?

Infelizmente **O Público de Fora**, o alvo da proposta selecionada continuou fora.

A C i d a d e c o m o t a b u l e i r o :

R E V E R

Da leitura de avaliação à finalização do projeto **Rever** proposto pelas irmãs, estudantes e frequentadores do CCSP Luara Carvalho e Marília Carvalho, as irmãs

Carvalho, fomos presenteados com frescor, empolgação e inovação. Durante a entrevista, informaram-nos que desde meninas prestigiam a programação oferecida pela instituição, e na proposição de um jogo pelos espaços, departamentos e salas do CCSP, evidenciou-se que o jogo sem ganhadores, mas composto por desbravadores, tinha grandes possibilidades de êxito ao ser colocado em prática. Ele nos pareceu possibilitar aos participantes conhecer pontos distintos do CCSP, o que se mostrou uma ótima estratégia mediadora, atendendo, portanto, o principal pré-requisito para que um projeto seja contemplado. Além disso, proporcionou que diversos participantes o jogassem juntos realizando trajetos distintos dentro e no entorno da instituição. Por fim, as irmãs Carvalho, crescidas na tradição dos jogos de RPG⁶ e observando os *Cosplay*⁷, só que a partir de dados da realidade, conseguiram trazer alguma “magia” ao cotidiano. Ao retirar da ordem habitual, ou melhor, mais previsível, os percursos possíveis dentro do espaço do CCSP, as proponentes agregaram, inclusive, a surpresa como cereja desse bolo.

No domingo em que foi realizada a visita de avaliação, participaram do jogo, alunos de um curso técnico de dança cuja a professora já havia participado sozinha e decidiu por trazer a sua pequena e interessada turma para que cada um realizasse seus percursos. As irmãs Carvalho, durante as conversas de adequação do projeto, decidiram que o caderno com as comandas do que deveria ser feito por cada participante, o caderno de registros, estaria fixado no centro do próprio caderno de programação do CCSP que é distribuído a quem quiser, basta pegar um. Essa decisão bem pensada em conjunto com a DACE e a equipe da gráfica do CCSP, retirou da dupla o peso de criar cadernos específicos para a realização do jogo, conforme tinham anunciado durante a entrevista. Elas propuseram oito percursos distintos fixados nas agendas mensais de programação que se distinguiam por uma pequena faixa colorida fixada neles. Os mesmos continham comandas como :

⁶ “Role-playing game, também conhecido como RPG (em português: “jogo de interpretação de papeis”),¹ é um tipo de jogo em que os jogadores assumem os papéis de personagens e criam narrativas colaborativamente. O progresso de um jogo se dá de acordo com um sistema de regras predeterminado, dentro das quais os jogadores podem improvisar livremente. As escolhas dos jogadores determinam a direção que o jogo irá tomar”, verbete para *Role Playing Games*, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Role-playing_game acesso 08 jun 2015.

⁷ “Cosplay (...) é a abreviação de costume play ou ainda de costume que pode traduzir-se por “representação de personagem a caráter”, “disfarce” ou “fantasia” e tem sido utilizado no original (...)”, verbete para *Cosplay*, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cosplay> acesso 08 jun 2015.

“Para começar esse caminho, antes é preciso: 1. Sair. Por onde achar melhor. A rua espera por você. Onde termina o CCSP e onde começa a rua? Caminhar na direção oposta ao centro da cidade.”

“E essa cidade que você está vendo, como foi construída?”

“Como você contaria às pessoas o que viu?”

“No caminho, pergunte a alguém que passar por você, no sentido contrário, o que ele viu naquele lugar.”

“Agora, olhando ao redor, encontre um casal. Peça a eles um minutinho de sua atenção e imagine com eles como seria um lugar construído por desejos ou medos.”

“Atravesse o viaduto e pare na esquina. Olhe o muro. Como você vê essa cidade?”

“Vá descendo a escada no ritmo que achar melhor (deixe a esquerda livre). Certamente haverá uma pessoa subindo. Pergunte sobre o que ela viu lá.”

“Eu não via nenhum espetáculo mais edificante do que pertencer ao chão”, citação de Manuel de Barros, Memórias Inventadas: A infância.

Retornando ao pequeno grupo, houve uma conversa inicial sobre os objetivos do projeto **Rever**, e os participantes saíram para completar as comandas. Ao retornarem à sala de atividades da DACE, cada um foi relatando como foi seu trajeto, o que encontrou de novo no lugar que já conheciam, com quem conversaram, o que ou do que se lembraram, o que viram com outros olhos: rever. Foi muito interessante ouvir cada uma das experiências, observar as anotações, perceber como cada percurso foi único e, especialmente, como se deu essa relação com o Outro, com o desconhecido não somente no que se refere às pessoas, mas à geografia do lugar. Apesar de no relatório/ texto final das irmãs Carvalho, haver uma escrita um tanto quanto desapontada em alguns momentos, consideramos que o projeto cumpriu seu papel e teve um público satisfatório. Pelos relatos de experiência de trajeto, evidenciou-se que sim, a cidade, ou o fragmento dela que se concentra no CCSP foi observada a partir de outro prisma pelos participantes do projeto **Rever**. E poucas sensações nos surpreendem tanto quanto a de ver de outra forma o que vemos sempre,

expandindo a forma de olhar, os entendimentos, esvaziando nosso corpo receptáculo para que ele seja ocupado por novos conteúdos. E nossa cidade precisa ser esvaziada e preenchida novamente por substâncias outras, o que a impulsionaria a se aproximar do lugar imaginado para viver, quem sabe um bom lugar, um lugar de todos!



Nome do projeto escrito no vidro da sala de atividades da DACE.



Os participantes realizaram as comandas e conversaram sobre o cumprimento de cada uma delas e as surpresas encontradas durante sua realização.





Registros em desenho e escrita dos participantes: “Eu estive aqui”!!!

C o n c l u s ã o

Os projetos realizados tiveram temas muito distintos e que abarcaram e acolheram os mais diferentes segmentos da população. Evidentemente que mais públicos precisam ser contemplados, mas isso ocorrerá com o tempo, de forma gradual, visto que o edital encontra-se apenas na sua terceira edição. Retornando à sua natureza, possibilitar ações de mediação entre o CCSP, seus departamentos e diretorias, sua arquitetura e sua existência, com os habitantes da cidade e demais interessados é o foco, tendo, preferencialmente, as estratégias artísticas enquanto mote dessa mediação. Sobretudo, devemos ter em mente que a arte que aqui se quer educa, informa, socializa, compartilha, pondera, sugere, percebe, discute, amplia, dentre outras ações, é uma arte da mobilização, que propõem a experiência como sugere Larossa. Não é a arte feita por artistas para os seus pares, críticos e galeristas, é a arte que possibilita o encontro, onde a sociedade se reencontra nos seus interesses e na aurora desse século 21, o interesse social está na mudança: “A arte é necessária para que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo”⁸.

Referências Bibliográficas

⁸ FISCHER, Ernest. “A necessidade da arte”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 20.

“Monteiro Lobato”. Acervo O Estado de São Paulo, sem data, disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,monteiro-lobato,1023,0.htm>, acesso 01 jun 2015.

Cosplay, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cosplay> acesso 08 jun 2015.

Role Playing Games, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Role-playing_game acesso 08 jun 2015.

AMARAL, Aracy. “Arte Pra quê: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970. CASCUDO, Luís da Câmara, Dicionário do Folclore Brasileiro, verbete Saci.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.1 534

FISCHER, Ernest. “A necessidade da arte”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LAROSSA, Jorge Bondía. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. Revista Brasileira de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística. Nº. 19, jan/ fev/ mar/ abr. 2002, pp. 20-8.